

Discurso, imagens e emoções: uma análise da entrevista de Dilma Rousseff ao telejornal SBT Brasil à luz dos elementos verbais, paraverbais e não verbais

*Discourse, images, and emotions: analyzing Dilma's Rousseff interview to
SBT Brasil newscast through verbal, paraverbal and nonverbal elements*

Douglas Ribeiro de Moura

Mestre em Letras, área de Estudos do Texto e do Discurso, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

E-mail: douglasrmoura@gmail.com

Resumo: O processo de impeachment ocorrido entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 teve como resultado o término antecipado do segundo mandato de Dilma Vana Rousseff, acusada de crime de responsabilidade, e a conseqüente ascensão de seu vice, Michel Miguel Elias Temer Lulia, ao comando do Poder Executivo nacional. Conturbada desde sua instauração, a ação fortaleceu o sentimento de polarização político-partidária no país e foi o principal assunto da instância midiática durante seu transcurso. Este trabalho apresenta uma análise retórico-argumentativa da entrevista concedida pela ex-mandatária ao telejornal SBT Brasil em 29 de junho de 2016, momento em que estava afastada provisoriamente da Presidência da República. Tendo como suporte os pressupostos da Teoria Semi linguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2001, 2004, 2005, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016), os elementos verbais, paraverbais e não verbais (KERBRAT-ORECCHIONI, 1996) e as provas retóricas (ARISTÓTELES, 2005), procurou-se identificar quais foram os *ethé* e os *pathé* evidenciados por Dilma na ocasião. Concluiu-se que ela buscou construir *ethé* favoráveis, como de potência, de tranquila, de injustiçada, de democrática e de concededora dos processos legais, assim como tentou patemizar seu discurso, especialmente ao tratar das acusações que sofria e dos adversários políticos que enfrentava.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Teoria Semi linguística. Argumentação.

Abstract: The impeachment process that took place between December 2015 and August 2016 resulted in the early termination of Dilma Vana Rousseff's second term, accused of a crime of responsibility, and the consequent rise of her vice-president, Michel Miguel Elias Temer Lulia, to the command of National executive branch. Troubled since its establishment, the action strengthened the feeling of political and party polarization in the country and was the main subject of the media during its course. This paper presents a rhetorical-argumentative analysis of the interview granted by the former representative to the newscast SBT Brasil on June 29, 2016, when she was temporarily removed from the Presidency of the Republic. Based on the assumptions of the Semi linguistic Theory of Discourse (CHARAUDEAU, 2001, 2004, 2005, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016), the verbal, paraverbal and non-verbal elements (KERBRAT-ORECCHIONI, 1996) and the rhetorical tests (ARISTÓTELES, 2005), we sought to identify which *ethé* and *pathé* were evidenced by Dilma at the time. It was concluded that she sought to build favorable *ethé*, as of power, of

tranquility, of injustice, of democracy and of knowledge of legal processes, as well as trying to make her speech more patronizing, especially when dealing with the accusations she suffered and the political adversaries she faced.

Keywords: Discourse Analysis. Semiolinguistic Theory. Argumentation.

1 Considerações iniciais

Para Patrick Charaudeau (2015a, 2016), fundador da Teoria Semiolinguística do Discurso (TSD), certos componentes integram o quadro da ação política. Esses elementos, que o autor denomina de instâncias, contribuem, cada um à sua maneira, para a dinâmica das chamadas democracias representativas; são quatro: instância política, instância adversária, instância cidadã e instância midiática.

Como nesse sistema de governo, os cidadãos utilizam o voto para transferir poderes temporários de decisão a um número restrito de sujeitos, e estes, por sua vez, devem trabalhar visando ao bem-estar da coletividade que lhe delega autoridade, é possível identificar as responsabilidades de duas das instâncias supracitadas: política e cidadã.

A instância adversária, para Charaudeau (2015a), também é composta por indivíduos que buscam poder. A diferença em relação à instância política está na ausência do centro das tomadas de decisões, ou seja, em seu caráter de oposição ao governo estabelecido. É importante salientar que a existência de uma instância adversária é fundamental para democracias que se pretendam sólidas, uma vez que representa parcela importante da opinião pública, especialmente em um regime político que pressupõe a liberdade e a divergência de pensamentos.

Há ainda uma quarta instância, midiática, que, segundo Charaudeau (2015a, 2016), não participa diretamente das tomadas de decisão, pois não é eleita, embora forneça à instância cidadã as informações relativas às atividades dos políticos (sejam eles da instância política ou da adversária).

Ainda segundo o criador da TSD, o aumento do interesse público pelas atividades que têm relação direta com a vida social é característica dos momentos de crise ou de instabilidade governamental. No Brasil, após as jornadas de junho de 2013 e, mais especificamente, após o ano de 2014, que trouxe consigo índices econômicos abaixo do esperado, altas inflacionárias, divulgações de escândalos de corrupção que envolveram membros pertencentes à cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), o partido da então Presidente Dilma Vana Rousseff, entre outros, observou-se um crescimento da insatisfação da instância cidadã, o que provocou manifestações em várias cidades do país (e influenciou diretamente nos resultados eleitorais dos anos seguintes, levando ao quadro político atual). Em meio a esse cenário, integrantes da instância adversária mobilizaram-se e iniciaram discussões a respeito da possibilidade de um processo de *impeachment* ser instaurado.

Em 2 de dezembro de 2015, o (naquele momento) Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), aceitou um dos 37 pedidos de impedimento presidencial a ele encaminhados. O desfecho foi a saída definitiva de Dilma Rousseff do comando do

Poder Executivo em 31 de agosto de 2016, após votação no Senado Federal. Antes disso, porém, houve uma primeira votação na Câmara dos Deputados, que afastou, em 12 de maio e em caráter provisório (o prazo máximo seria de 180 dias), a Presidente e elevou seu vice, Michel Temer, também do PMDB, ao mais importante cargo político do Brasil.

Diante desses acontecimentos, o PT e sua base aliada adotaram o discurso do “golpe”. Por outro lado, a (então) instância adversária defendeu a legalidade do trâmite amparando-se na Constituição Federal de 1988. O resultado das movimentações foi um (re)despertar da atenção da população brasileira ao jogo de interesses que é próprio do cenário político, uma abordagem incessante da mídia sobre os acontecimentos e uma atuação forte de governistas e oposição, que se revezaram sob tal denominação.

Possuindo como foco, portanto, uma parte específica do segundo processo de *impeachment* aberto no Brasil desde a redemocratização, ocorrida em 1985, que foram os 111 dias em que Dilma Rousseff esteve afastada da Presidência da República e Michel Temer assumiu o comando do Poder Executivo interinamente, propõe-se este artigo. Buscou-se analisar como foram projetadas, em uma entrevista concedida ao telejornal SBT Brasil, em 29 de junho de 2016, pela então presidente afastada, duas das três provas técnicas propostas por Aristóteles (2005), a saber, o *ethos* e o *pathos*. Utilizando também os pressupostos da TSD, de Charaudeau (2001, 2004, 2005, 2007, 2012, 2015a, 2015b, 2016), e os elementos verbais, paraverbais e não verbais de Kerbrat-Orecchioni (1996), o objetivo foi identificar quais foram os *ethé* e os *pathé* evidenciados por Dilma na ocasião, ou, dito de outra forma, analisar como Rousseff tentou convencer os ouvintes de que estava sendo injustamente acusada e que, portanto, deveria obter o apoio da população em sua tentativa de retornar ao poder. Entender as estratégias e as atitudes dos atores políticos diretamente envolvidos (neste artigo, de um deles) em um episódio tão importante para a história brasileira foi a justificativa para a realização do estudo.

Como a entrevista ao SBT Brasil possui aproximadamente quarenta minutos de duração, optou-se por um recorte temático: as análises se deram apenas sobre trechos em que a ex-mandatária comentou o processo que sofria naquele momento. A conversa também se encontra disponível para consulta no YouTube, de onde foi transcrita. Nessa etapa específica do trabalho, utilizaram-se os critérios de transcrição apontados por Lima (2001) e aplicados a outro *corpus* por Reis (2017), que serviu de base para o presente artigo.

Assim, acredita-se que foi possível analisar as características e as restrições impostas à situação de comunicação específica do estudo, os sujeitos envolvidos, bem como identificar os *ethé* e os *pathé* demonstrados. Antes das análises, porém, fez-se necessário abordar alguns conceitos que foram fundamentais para o trabalho, no referencial teórico, e expor os procedimentos metodológicos utilizados. Após as análises, ainda foram apresentadas as considerações finais dos pesquisadores.

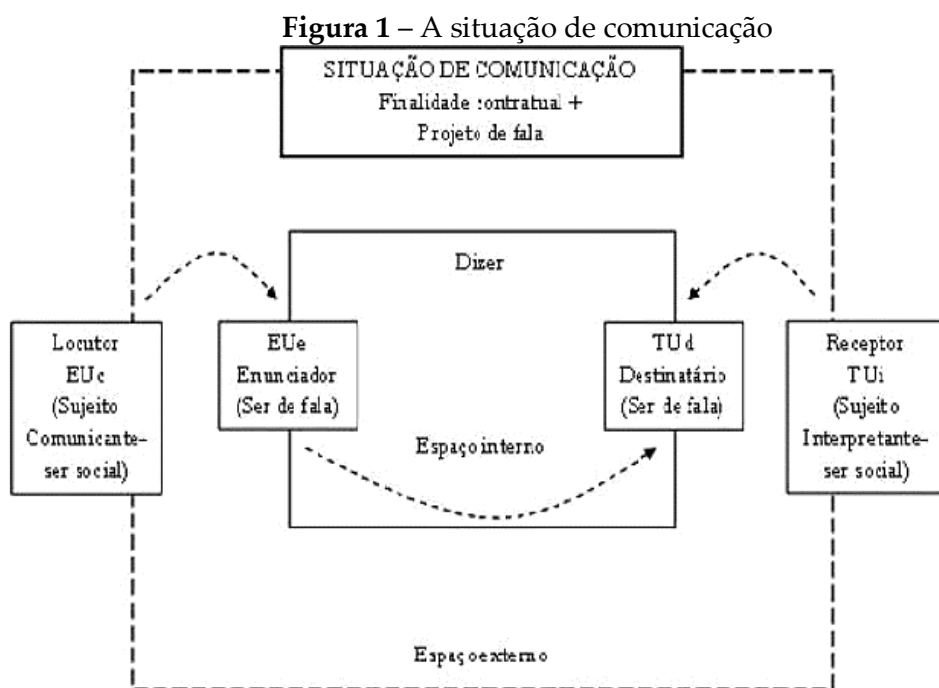
2 A situação de comunicação, os sujeitos e o gênero discursivo

A TSD entende o ato de linguagem como “o produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações imaginárias da comunidade à qual pertencem” (CHARAUDEAU, 2001, p. 29). Em outras palavras, tanto as características psicológicas quanto as sociais e linguísticas dos sujeitos são levadas em consideração na produção de sentidos. Nesse ato de linguagem, há, consoante Charaudeau (2001), um duplo espaço: o do dizer e o do fazer, que correspondem, respectivamente, a um circuito interno e a um externo, indissociáveis.

Os sujeitos, então, correspondem a abstrações definidas de acordo com a posição que ocupam no ato linguageiro. Os parceiros, ou seja, o sujeito comunicante e o sujeito interpretante, localizam-se no circuito externo e só existem mediante um reconhecimento mútuo entre si face a um estatuto por eles imaginado e que é criador de um jogo de expectativas. Já os protagonistas, que são tanto o sujeito enunciativo quanto o sujeito destinatário, são “seres de fala”, integrantes do circuito interno, que assumem papéis atribuídos pelos parceiros com base em uma relação contratual.

Há no ato de linguagem, portanto, uma espécie de encontro entre uma instância de produção, que é um EU-comunicante (EUc), que se dirige a um TU-destinatário (TUd), assim como um processo de interpretação, no qual um TU-interpretante (TUi) cria para si uma imagem do locutor EU-enunciador (EUe).

A situação de comunicação que propõe Charaudeau (2012) pode ser visualizada na figura a seguir.



Fonte: Charaudeau (2012, p. 77).

No caso da entrevista que se toma como *corpus*, é possível observar uma alternância de papéis entre Dilma e seu entrevistador, Kennedy Alencar. Porém, como se lidou apenas com as respostas da ex-presidente, o EUC é Dilma Rousseff, ser psicossocial e empírico, que responde às perguntas e expõe argumentos de defesa. O TUi inicial é o entrevistador, seu interlocutor direto. No entanto, como a conversa é destinada ao público, formado por pessoas reais que assistem à entrevista, pela televisão ou pela internet, e que (ao menos teoricamente) desejam saber sobre os temas debatidos, é acionado um TUi composto. No espaço interno, por outro lado, tem-se um EUE, ser de fala, também Dilma Rousseff, representante não somente de si mesma, mas de um cargo (que no momento da fala lhe havia sido retirado de maneira provisória), de um partido político e de um posicionamento ideológico de esquerda, que debate, que responde, que explica etc. Esse EUE se dirige, em um primeiro instante, ao TUD na figura de Kennedy Alencar, mas também ao público idealizado.

Para Charaudeau (2012), todo ato de linguagem se realiza a partir de um contrato, no qual a capacidade dos sujeitos reconhecerem as competências mútuas é pressuposta, como também o é a existência de restrições e de estratégias durante a comunicação estabelecida. Assim, o próprio gênero discursivo é situacional, determinado por um conjunto de restrições. Partindo do que foi visto até o momento, entende-se que o objeto de estudo é uma entrevista política. Sobre esse (sub)gênero, Charaudeau (2015b) diz que o entrevistado, sujeito político, pode representar a si mesmo ou a um grupo, partido, linha ideológica etc. que possua poder de pressão. Dilma Rousseff, como já citado, representava, no momento da entrevista, a si mesma enquanto indivíduo, mas também ao cargo de Presidente da República afastada e membro do PT, historicamente posicionado à esquerda do espectro político. Como Charaudeau (2015b) indica que os políticos não podem externar tudo o que pensam, sob o risco de serem mal interpretados ou de exporem o que não desejariam, os entrevistadores buscam extrair o máximo de informações possível, tentando trazer às claras aquilo que se supõe restrito, tudo isso através de uma encenação de falsa inocência, sem que se perca a imagem de seriedade e de profissionalismo. O encarregado de entrevistar Dilma Rousseff foi o mineiro Kennedy Alencar Duarte Braga, ou simplesmente Kennedy Alencar, integrante do SBT Brasil entre março de 2014 e outubro de 2017, reconhecido no meio jornalístico por sua atuação nas áreas de política e economia. Observou-se que Kennedy de fato buscou conseguir informações mais detalhadas sobre o processo de *impeachment* por meio das perguntas, ainda que estivesse bastante informado e preparado para discutir o tema.

Outras questões que não podem ser deixadas de lado ao lidar com as entrevistas políticas são a possibilidade de antecipação de perguntas e respostas, as estratégias de esquiva utilizadas pelos entrevistados, o controle adequado do tempo, a profundidade das respostas (que poderão gerar desinteresse nos leitores, ouvintes, espectadores) etc. No presente artigo, analisou-se uma entrevista previamente agendada, sobre a qual pairam todos esses apontamentos de Charaudeau (2015b). É sabido que a equipe de *staff* de Dilma Rousseff pode tê-la preparado para responder

de determinada maneira frente a um ou a outro questionamento, o que, acredita-se, não prejudica o levantamento aqui realizado.

3 As provas retóricas

Segundo Danblon (2005), Aristóteles tinha como objetivo aliar a racionalidade à arte da persuasão. O estagirita indicava, nesse sentido, a existência de dois tipos de provas retóricas: as técnicas e as extra técnicas. Ao passo que as extra técnicas extrapolavam a oratória ou eram a ela pré-existentes, como os fatos, os dados e as evidências, as técnicas eram derivadas do discurso; estas seriam três: a imagem do orador, a disposição favorável do auditório e o discurso em si. Trabalha-se aqui, respectivamente, com os conceitos de *ethos*, de *pathos* e de *logos*, capazes de prover um argumento persuasivo ao orador que se apresenta perante ao público.

O *ethos* se relaciona à imagem construída pelo orador com o objetivo de aumentar a adesão de sua plateia. No âmbito da Análise do Discurso (AD), seria possível resgatar algumas reformulações históricas do conceito. No presente trabalho, entretanto, privilegiou-se a visão de Charaudeau (2015a), acrescida do que Amossy (2016) viria a caracterizar como *ethos* prévio, ou seja, um tipo de conhecimento anterior do auditório sobre o falante. Para o teórico francês, o *ethos* pode ser tomado como uma estratégia do discurso político, o que permite aos atores (no caso deste estudo, a Dilma Rousseff) trabalharem sua imagem visando à conquista do auditório. Tal conquista, não se pode esquecer, passa pela adequação dos *ethé* do orador aos valores, às crenças e aos imaginários compartilhados pelo público.

Utilizou-se, portanto, uma perspectiva que engloba tanto os *ethé* discursivos quanto os *ethé* prévios de Dilma Rousseff. Considerou-se essa preconcepção, pois acredita-se que no discurso político há uma disposição muito maior em escutar e crer naqueles que se colocam como representantes de uma ou de outra filiação ideológica do que em outros campos da vida social.

O *pathos*, por sua vez, é a prova retórica por meio da qual o orador suscita emoções em seu auditório para alcançar a persuasão. Para Charaudeau (2007), é possível estudar os sentimentos a partir de uma perspectiva linguageira considerando uma situação específica de comunicação, no caso deste estudo, a do discurso político.

Importante ressaltar que a tentativa de suscitar emoções por si só não garante êxito, sendo indispensável que o dispositivo (mas também os integrantes) esteja predisposto ao surgimento dos efeitos, que o campo temático preveja a existência de um universo de patemização e que o enunciador realize uma encenação discursiva com finalidade patemizante. Ademais, é preciso alertar que as análises englobam apenas potenciais efeitos de sentido, uma vez que a AD ainda não se debruça de maneira satisfatória sobre as emoções de fato sentidas.

Ao contrário do *ethos* e do *pathos*, o *logos* é o que se poderia chamar de prova verdadeiramente racional. Na concepção de Aristóteles (2005), seria o uso da razão como meio de alcançar a persuasão. Especificamente neste artigo, optou-se por não trabalhar tal prova retórica, a despeito de ser amplamente mobilizada nos excertos

analisados. Essa decisão se pauta pelo desejo de levantar os componentes mais emocionais da entrevista, uma vez que o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff mobilizou e dividiu opiniões entre grande parte da população brasileira, costumeiramente afastada das rotinas governamentais. Em suma, o *ethos* liga-se ao orador, o *pathos* ao auditório e o *logos* ao discurso.

4 Os elementos verbais, paraverbais e não verbais

Kerbrat-Orecchioni (1996) classifica as unidades da língua, a saber, as fonológicas, as lexicais e as morfossintáticas como elementos verbais da comunicação oral. Amossy (2010), que dialoga com a teoria de Orecchioni trazendo a discussão para o campo da AD, afirma que o objetivo de uma análise argumentativa é entender como as escolhas linguísticas do orador orientam seus posicionamentos. No caso dos *ethé*, são analisados os substantivos, os adjetivos e os verbos que abarcam cargas valorativas, positivas ou negativas. Para os *pathé*, a atenção se volta para os marcadores de emoções (expressas ou suscitadas), mas também aos adjetivos, aos substantivos e aos advérbios.

Os elementos paraverbais são as unidades relacionadas ao canal auditivo, acompanhantes do que é propriamente linguístico, como é o caso das entonações, das pausas, da intensidade da fala, da pronúncia e das características da voz.

Por fim, os elementos não verbais são aqueles concernentes ao que é percebido visualmente nos indivíduos. São os casos das vestimentas, das posturas, das atitudes, dos gestos, das expressões faciais, entre outros.

Percebe-se, assim, que os três elementos propostos por Kerbrat-Orecchioni (1996) podem se ligar às provas aristotélicas do *ethos* e do *pathos* à medida que estabelecem um diálogo possível.

5 Procedimentos metodológicos

Como já apontado, a entrevista concedida por Dilma Rousseff ao jornalista Kennedy Alencar em Brasília foi ao ar durante o telejornal SBT Brasil exibido em 29 de junho de 2016. As análises, todavia, tomam por *corpus* os dois vídeos disponibilizados na plataforma YouTube, os quais compõem o referido diálogo.

A primeira parte tem duração de 19 minutos e 10 segundos, ao passo que a segunda possui 20 minutos e 30 segundos, totalizando 39 minutos e 40 segundos de conversa. Vale ressaltar que ambos os vídeos foram disponibilizados na rede pelo canal Jornalismo SBT, ou seja, por um veículo diretamente ligado à emissora responsável pela realização da entrevista.

A primeira atividade foi transcrever toda a materialidade linguageira, isto é, os 39 minutos e 40 segundos da troca estabelecida entre Dilma e Kennedy. Somente em um momento posterior é que se optou pelo recorte temático, sendo a tarefa de localizar quais eram as passagens que tratavam do processo de *impeachment* a segunda ação. Em seguida, cinco trechos sobre o tema acima descrito foram selecionados e analisados. Para realizar a transcrição da entrevista, utilizou-se o

quadro de símbolos proposto por Lima (2001), o qual está apresentado na Figura 2, abaixo.

Figura 2 – Critérios para transcrição do *corpus*

SÍMBOLOS USADOS NA TRANSCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> :
Pausa curta: vírgula (,)
Pausa média: ponto final (.)
Pausa longa: ...
Trecho ininteligível: asterisco entre parênteses (*)
Fala enfatizada, volume mais forte: CAIXA ALTA
Fala normal: sem marca
Fala suavizada, fraca: <u>grifo</u>
Fala muito suavizada, quase sussurrando: <i>itálico</i>
Fala vagarosa, destacando bem as palavras, ritmo silábico: separação em sílabas convencional. Ex: jus-ti-ça
Prolongamento vocálico: ::
Dúvidas ou suposições: escreve-se nos parênteses o que se supõe ter ouvido
Sinais de pontuação convencionais, com as mesmas funções que são usados na escrita: interrogação (?), exclamação (!), dois pontos (:)
Comentários do analista: []

Fonte: LIMA (2001, *apud* REIS, 2017, p. 116).

Os critérios acima definidos apresentaram-se válidos para a análise dos elementos verbais e paraverbais presentes na fala de Dilma Rousseff. Como também foram analisados os elementos não verbais, relacionados ao visual, decidiu-se apresentar congelamentos de tela, nos quais é possível verificar a vestimenta e também a expressão facial da ex-mandatária no momento de suas respostas. A ideia é que, partindo desse conjunto de procedimentos metodológicos, as análises possam apresentar um quadro satisfatório da situação analisada.

6 Análises

Conforme já pontuado, foram selecionadas cinco respostas dadas por Dilma Rousseff ao entrevistador do SBT Brasil, Kennedy Alencar. No momento da entrevista, Dilma estava afastada do cargo de Presidente da República havia 48 dias, tempo em que se dedicou a preparar a defesa no processo de *impeachment* juntamente com o advogado e ex-ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a articular, como manda o jogo político, suas estratégias com a base aliada e até mesmo com eventuais senadores indecisos. Por isso mesmo, foi possível perceber certa cautela ao lidar com os envolvidos nos passos seguintes do processo, como os membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e os senadores, o que não ocorreu com seus adversários diretos, casos de Eduardo Cunha e de Michel Temer.

A seguir, são apresentados cada um dos cinco trechos, seguidos das análises e das impressões gerais. A primeira passagem é a seguinte:

Primeiro, sabe, Kennedy, nunca a batalha no caso de um impeachment de uma Presidenta dentro dos parâmetros da Constituição brasileira é pura e simplesmente uma batalha política, é sempre uma batalha jurídico-política, porque o impeachment está previsto na Constituição. No entanto, é exigido que haja crime de responsabilidade. O que que é o resultado da perícia feita pela comissão do Senado? O resultado é o seguinte: constata-se que não há a minha participação no Plano Safra, ou seja, na transferência de recursos para financiar a agricultura comercial e a agricultura familiar. COMO NÃO HÁ NENHUM ATO MEU - porque aliás nós viemos insistindo nisso desde o início, dizendo que “olha, não há previsão de participação presidencial na execução do Plano Safra” - então, não há como dizer que eu cometi QUALQUER IRREGULARIDADE, EU NÃO ESTOU FALANDO NEM CRIME, SEQUER IRREGULARIDADE, quando se trata de pedaladas fiscais. No caso dos decretos, também, o que é acusado nos decretos? É que alguns dos gastos dos decretos ultrapassavam a meta. (Trecho 1).

Com relação aos elementos verbais, destaca-se inicialmente a utilização da expressão “batalha” para se referir ao processo de *impeachment*. A escolha lexical demonstra claramente um posicionamento de confronto aos opositores por parte de Rousseff, algo que se viu durante toda a entrevista. Em seguida, chamou a atenção a palavra “presidenta”, no feminino. É sabido que Dilma sempre demonstrou orgulho por haver sido a primeira (e até o momento a única) mulher a ocupar o principal cargo político do país. Ao reafirmar essa característica, acredita-se que ela buscou suscitar emoções positivas nas mulheres, maioria do eleitorado brasileiro no ano de sua reeleição. O uso constante da primeira pessoa do singular, por sua vez, pode significar que a entrevistada tomou para si a responsabilidade de não ter cometido atos de irregularidade, uma notória tentativa de construção do *ethos* de honesta.

No que diz respeito aos elementos paraverbais, Dilma subiu o tom de voz ao afirmar que não houve qualquer ato seu (nos dois mandatos) que pudesse ser enquadrado como crime de responsabilidade. Presume-se que essa foi tanto uma forma de fortalecer a imagem de honesta, quanto uma tentativa de suscitar emoções favoráveis a si, como os de alguém que estava sendo injustamente culpabilizada por algo que não cometeu e que, portanto, deveria ser inocentada.

Embora Charaudeau (2015a) classifique o *ethos* de potência como tipicamente masculino, a resistência de Dilma em ceder às pressões ou em negociar com seus adversários, assim como o tom de voz mais alto, podem indicar uma busca pela exposição da força, do enfrentamento, enfim, dessa potência.

Aproveitando a primeira passagem, é possível apontar elementos não verbais que se fizeram constantes durante toda a entrevista. Dilma Rousseff utilizou um blazer de cor laranja, além de camiseta e calça pretas, colar e brincos. Pode-se ver, na Figura 3, como a entrevistada optou por um visual sóbrio, sem exageros.

Figura 3 – Vestimentas de Dilma Rousseff



Fonte: Parte 1 da entrevista.

Entende-se que a opção de se vestir de maneira simples foi uma tentativa de diminuir a distância (psicossocialmente entendida) de Dilma em relação ao público do programa, uma forma de criar um *ethos* de identificação com este. Com relação ao elemento não verbal do gestual, percebe-se que a ex-Presidente combinou sua fala com movimentos suaves das mãos. Ao falar de seus opositores e das acusações que sofria, entretanto, os gestos foram mais bruscos. A expressão facial séria também foi uma constante, com raras exceções, o que contribuiu para o *ethos* de séria. A seguir, o segundo trecho.

Eu vou travar uma batalha em todas as instâncias. A/ primeira fase dessa batalha é no Senado. Por que isso? Porque nós estamos defendendo que há um golpe. E há um golpe porque, para nós, quando se rompe[m]... artigos da Constituição que prevê[em] - prevê[em] de fato - o processo de impeachment, mas prevê[em] também que é necessário crime para haver impeachment, NÃO TENDO CRIME, NÃO PODE TER IMPEACHMENT. E nós devemos travar essa batalha em TODAS AS INSTÂNCIAS. (Trecho 2).

Aqui, observa-se pela primeira vez a palavra “golpe”, tão polêmica. Acredita-se que se trata de um legítimo gatilho emocional, pois suscita emoções negativas de medo e de ruptura com o pleno funcionamento das instituições democráticas.

Nesse trecho, Rousseff apresentou uma entonação forte em dois momentos: ao dizer que sem crime de responsabilidade não poderia haver *impeachment* e, em seguida, ao reafirmar que se defenderia em todas as instâncias possíveis. Crê-se que, no primeiro caso, houve reforço à sua tese, isto é, a de que o processo seria inválido por não possuir base legal. Já no segundo momento, ocorreu um fortalecimento ao *ethos* de potência.

O terceiro trecho, a seguir, foi uma resposta ao questionamento feito por Kennedy Alencar sobre a postura do STF em relação ao processo:

Não, eu acho que como o processo está ouvindo agora as testemunhas, e as testemunhas, e a perícia, que acabou de ter resultado, este processo ainda

tem VÁRIAS etapas. Mas eu quero explicar por que que não se trata de um único caminho. Por um motivo muito simples. Se você imaginar que a democracia é uma árvore, um golpe militar seria a utilização do machado para cortar a árvore, acabando com o governo e o regime democrático, que é a própria árvore. NESTE CASO, dos chamados golpes parlamentares ou golpes frios, como os alemães chamam, trata-se de um processo no qual a árvore da democracia ela está de pé, ela não foi, ela não foi morta, não foi derrubada, mas ela está infestada de parasitas, fungos, principalmente quando se trata de um processo sem base legal; por isso que é fundamental que haja base legal. (Trecho 3).

Dilma, como é possível observar, utilizou uma metáfora ao indicar que a democracia é uma árvore que precisa ser protegida a todo custo. Com isso, buscou atrelar a si o *ethos* de democrática. O uso de “parasitas” e “fungos” se deu para classificar os inimigos do regime democrático e despertar sentimentos negativos em relação a tais sujeitos, que, subentende-se, seriam seus próprios adversários.

Na presente passagem, as exceções à fala calma e suave ocorreram ao citar a palavra “várias”, referente às etapas subsequentes do processo (demonstrando que, de certa forma, Dilma estava segura quanto à absolvição nas instâncias superiores) e ao dizer “neste caso”, justamente em uma parte da resposta que se relacionava ao que a petista denominou de “golpes frios”. Acredita-se que essa seja uma forma de relacionar o próprio processo de *impeachment* aos tais golpes, o que ocorreu de maneira mais direta ao final do trecho. A intenção aqui parece ter sido fortalecer os sentimentos contrários ao *impeachment*.

Veja-se o quarto trecho do *corpus*:

(...) e a não existência de base legal fere a Constituição DE MORTE. Nós vivemos um regime parlamentarista, não vivemos em um regime parlamentarista, melhor dizendo. [Em] um regime parlamentarista, você pode alegar desconfiança sobre o Primeiro-Ministro e o Parlamento afasta o Primeiro-Ministro. Ou o Primeiro-Ministro considera que aquele Parlamento, na sua composição, não está à altura do governo. (Trecho 4).

Ao dizer que a Constituição morreria (inclusive com um tom de voz mais alto do que o normal) caso um trâmite sem base legal fosse concluído, Dilma buscou suscitar o medo da invalidação dos preceitos da Carta Magna e, portanto, a sensação de que haveria desordem social. Mais uma vez, a tentativa parece ser a de causar incerteza sobre o futuro da democracia brasileira caso sua volta à Presidência não se concretizasse.

Eu acredito que quem fez isso, os AUTORES do processo de impeachment, como não tinham como... eles não tinham como alegar contra mim contas no exterior ou qualquer ato de corrupção, alegaram as chamadas, CRIARAM essa figura chamada pedalada fiscal. Ora, mesmo no caso das pedaladas fiscais, até outro dia, até outro dia, todos os decretos que eu fiz foram feitos igualmente pelo senhor Fernando Henrique Cardoso, [ex-]Presidente da

República, e pelo senhor Luiz Inácio Lula da Silva e por mim mesma, no meu primeiro mandato, e não era crime. (Trecho 5).

A fala acima é o quinto e último trecho das análises. É possível perceber que Dilma buscou, mais uma vez, reforçar a imagem de política honesta. Além disso, ao citar que outros presidentes praticaram os mesmos atos pelos quais era julgada, procurou mobilizar os sentimentos de injustiça e de perseguição, colocando-se como vítima. O verbo “criar”, dito ao se referir às pedaladas fiscais, fortaleceu ainda mais esses *ethé*.

Por meio dos elementos paraverbais, Dilma aparentou estar mais exaltada do que nas respostas anteriores, sobretudo devido à entonação. Vale dizer que, aparentemente, o descontentamento não era tanto com os responsáveis pelo pedido aprovado por Cunha, mas com os integrantes da instância adversária, estes sim politicamente interessados em sua saída e com poder de, em conjunto, conseguiu-la.

7 Considerações finais

Buscou-se, no presente artigo, identificar quais foram os principais *ethé* e *pathé* evidenciados pela então Presidente da República afastada, Dilma Vana Rousseff, em uma entrevista concedida ao telejornal SBT Brasil a fins de junho de 2016. Naquele momento, havia uma disputa interessante: de um lado, havia um presidente interino buscando afirmar-se no cargo, e, de outro, uma presidente afastada que buscava retornar ao poder. Em meio a tudo isso, uma polarização ideológica que chegou aos ambientes sociais mais diversos e provocou acusações de “golpe” de uma parte e de “conivência com a corrupção e com a ingerência por pura filiação político-ideológico-partidária” de outra.

Ficou evidenciado, por meio das análises, que Dilma buscou construir *ethé* bastante favoráveis a si mesma, como os de tranquila, de potência (ao mostrar-se disposta ao combate), de injustiçada, de democrática, assim como tentou patemizar seu discurso em várias ocasiões, especialmente ao tratar das acusações que sofria e dos adversários que enfrentava. Cabe ressaltar que, diante da impossibilidade de saber se Dilma realmente estava sentindo tudo aquilo que demonstrava, como raiva e indignação, o que se pode afirmar é que as expressões, estas sim, foram uma presença constante em sua fala.

Seria ingenuidade acreditar que foram os elementos aqui identificados, e não o jogo político, especialmente aquele próprio ao presidencialismo de coalizão, com suas negociatas e interesses parlamentares (LIMONGI; FIGUEIREDO, 1998), ou uma governabilidade inviabilizada sem a construção de alianças estáveis e adequadas às tendências majoritárias no Congresso (SANTOS; SZWAKO, 2017), os responsáveis pelo fracasso da tentativa de Rousseff e de seus apoiadores de evitarem o segundo *impeachment* presidencial em pouco mais de três décadas de redemocratização.

Nesse sentido, embora se possa questionar a validade dos esforços empreendidos neste trabalho, defende-se a posição de que se faz necessário não somente escutar o que têm a dizer os principais envolvidos no episódio de maior relevância política das últimas décadas no país, como também reafirmar a

indispensabilidade da produção de conhecimentos sobre ações que refletem diretamente na vida dos cidadãos brasileiros.

Referências

AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3. édition. Paris: Armand Colin, 2010.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 2. ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução Ângela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015b.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (Orgs.). *As emoções no discurso*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2007a. Disponível em: <http://www.patrickcharaudeau.com/a-patemização-na-televisao-como.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte, Nad/Fale-UFMG, 2004. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Análise do Discurso: fundamentos e práticas*. Belo

Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>. Acesso em: 20 set. 2017.

DANBLON, Emmanuelle. La fonction persuasive. *Anthropologie du discours rhétorique*: origines et actualité. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La conversation*. Paris: Seuil, 1996.

LIMA, Helcira Maria Rodrigues de. *Estratégias argumentativas em uma sessão de julgamento de Tribunal do Júri*. 2001. 186 páginas. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova*, nº 44, 1998, p. 81-106. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451998000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 mar. 2018.

REIS, Ana Carolina Gonçalves. Análise retórico-argumentativa da homilia de Padre Fábio de Melo: um estudo dos elementos verbais, paraverbais e não verbais na instituição dos ethé e dos pathé. *Artes e Discursos na Contemporaneidade*. Londrina: Syntagma Editores, v. 1, p. 109-134, 2017. Disponível em: <http://www.syntagmaeditores.com.br/Ebooks/Download/6e2728f5-a54a-455b-ac68-1af900b4dab9>. Acesso em: 10 nov. 2017.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José. Impasses políticos e institucionais no cenário atual. In: BOTELHO, André; STARLING, Heloísa Murgel (org.). *República e Democracia*: impasses do Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.